

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**09 a 12 de  
NOVEMBRO  
2018**

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

# Pastora não pode mudar de cidade sem autorização

**Juliana Salles ganhou liberdade provisória, mas terá que seguir algumas regras**

▲ BRUNELA ALVES  
▲ LORETA FAGIONATO

Com a liberdade provisória concedida desde a madrugada de ontem, o paradeiro da pastora Juliana Pereira Salles Alves ainda é desconhecido. Ela é mãe dos meninos Kauã Salles Butkovsky, 6 anos, e Joaquim Salles Alves, 3 anos, que morreram em um incêndio no dia 21 de abril deste ano. Ela ficou presa por 143 dias, acusada de ser coautora do crime.

Liberada do Centro Prisional Feminino de Cariacica, Juliana terá que seguir uma série de regras, entre elas, não deixar a cidade onde reside em uma prévia autorização da Justiça, comparecer à autoridade judicial toda vez que for intimada e não frequentar bares ou boates e não ingerir bebidas alcoólicas.

Outra determinação da Justiça, é de que Juliana não pode se aproximar das testemunhas envolvidas no caso.

## DECISÃO

A decisão foi proferida pelo juiz André Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares. A reportagem esteve na casa do pai e dos avós de Juliana, localizada no bairro Interlagos, em Linhares. Um familiar



A pastora Juliana Salles havia sido presa em Minas, em junho, e foi solta ontem

nos recebeu e não informou onde ela está. Questionado se a pastora estava na residência, ele afirmou que não. Moradores do bairro não notaram nenhuma movimentação diferente no local.

Na casa onde o incêndio aconteceu, no Centro, não havia movimentação. Faixas que pedem Justiça e chamam de monstros os



Joaquim e Kauã morreram no último dia 21 de abril

## “Não existe justiça”, diz pai de Kauã

▲ Familiares e amigos do menino Kauã, de 6 anos, filho do comerciante Rainy Butkovsky e da pastora Juliana Salles, fecharam duas avenidas, no Centro de Vitória, na manhã de ontem, em protesto contra a liberdade de Juliana, que deixou a penitenciária às 3h de ontem, após um alvará de soltura expedido pela Justiça na última quarta-feira.

De acordo com a Guarda Municipal de Vitória, a manifestação começou por volta de 7h40. Cerca de 15 pessoas atearam fogo em pneus e interditaram a Avenida Getúlio Vargas. Os manifestantes,

liderados pelo pai de Kauã, Rainy Butkovsky, pediam justiça. Eles ocuparam duas, das três faixas da via. Por volta de 8h30, os manifestantes liberaram a Avenida Getúlio Vargas e ocuparam a Avenida Jerônimo Monteiro. Às 9h12 o trânsito foi totalmente liberado.

Ao ser indagado sobre o motivo do protesto, Rainy Butkovsky respondeu: “Indignação e revolta pela Juliana ter sido solta, depois do próprio juiz André Dadalto declarar que ela assumiu, junto com o Georgeval, para ceifar a vida das crianças em prol de aumentar a arrecadação



Pai de Kauã participou de protesto no Centro de Vitória

suspeitos pelas mortes dos irmãos estão afixadas no portão. A residência continua fechada e, segundo informações, a chave está em poder da Justiça.

## DEFESA

Os advogados que representam o casal de pastores Juliana Salles e Georgeval Gonçalves estiveram no Fórum em Linhares, no Norte do Estado, na tarde de ontem.

A reportagem tentou conversar com o advogado Rodrigo Duarte Luiz, que também é pastor da Igreja Batista Vida e Paz – a mesma denominação dos pastores – em Minas Gerais, quando ele estava deixando o local, mas ele informou que não comentaria o caso, porque corre em segredo de Justiça.

Familiares de Juliana Sales, que moram em uma casa no bairro Interlagos, não quiseram gravar entrevista e disseram que não sabiam onde a pastora estaria, mas informaram que o filho mais novo do casal estaria com o avô materno, que detém a guarda da criança.

## JUSTIÇA

O juiz André Bijus Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, foi procurado no Fórum Desembargador Mendes Wanderley, mas não deu entrevista. O caso segue em segredo de Justiça.

## NA ÍNTEGRA

### DECISÃO QUE DEU LIBERDADE À JULIANA ASSINADA PELO JUIZ ANDRÉ DADALTO

CONCEDO à denunciada JULIANA PEREIRA SALES ALVES, vulgo “Pastora Juliana” o benefício da LIBERDADE PROVISÓRIA, mediante o cumprimento das seguintes condições, conforme previsão contida no art. 319 do Código de Processo Penal:

- ▶ I) comparecimento perante a autoridade competente todas as vezes que for intimado;
- ▶ II) não frequentar bares, boates, prostíbulos e/ou lugares congêneres;
- ▶ III) não fazer uso de bebida alcoólica, drogas e/ou congêneres;
- ▶ IV) se recolher em seu domicílio no período noturno, feriados e finais de semana, podendo dele sair as 6h e retornar as 20h, para estudar e/ou trabalhar;
- ▶ V) proibição de mudar da residência ou se ausentar da Comarca onde reside sem prévia autorização da autoridade judiciária;
- ▶ VI) manter seu endereço atualizado, juntando comprovante de residência no prazo de 48h, contado a partir da sua soltura;
- ▶ VII) não se aproximar das testemunhas ainda não ouvidas e nem com elas entrar em contato de qualquer natureza.

Expeça-se o competente alvará de soltura, se por outro motivo não estiver presa.

Tome-se-lhe o compromisso, mediante assinatura de termo, na forma dos arts. 327 e 328, ambos do Código de Processo Penal, fazendo constar que deverá comparecer em cartório no prazo de 48h a contar de sua soltura para ser pessoalmente intimada da audiência designada, bem como que o descumprimento de qualquer das condições, será decretada sua prisão cautelar.

DEFIRO a habilitação como assistente do Ministério Público na pessoa do Dr. Síderon do Espírito Santo Vitorino, o qual deverá ser imediatamente intimado desta decisão.

de féis, em prol de se promover no meio religioso”.

Rainy Butkovsky continua: “O juiz mesmo fala que ela se uniu com ele (Georgeval) para matar as crianças e ele mesmo solta? Como? Como? Não existe Justiça no Brasil, não”, reclamou.

Rainy ainda reclama a respeito da falta de acesso aos autos e às audiências do caso. “Colocaram três advogados de defesa para eles (Juliana e Georgeval), que participaram da audiência e tiveram acesso aos autos. Eu coloquei um assistente de acusação que não teve acesso aos autos e não pode participar da audiência.”

# Ex-pastora sai do presídio e vai para Minas Gerais

Defesa de Juliana Sales informou que ela ficará na casa de amigos. Ela é acusada pela morte dos filhos Kauã e Joaquim

Kananda Natelly  
Simony Giuberti

**A**pós ter o pedido de liberdade provisória concedido pela Justiça, a ex-pastora Juliana Sales, mãe dos irmãos Kauã Sales Butkovsky, 6, e Joaquim Alves Sales, 3, mortos durante um incêndio em Linhares, deixou o Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC) na madrugada de ontem.

De acordo com a defesa de Juliana, ela saiu do presídio às 3 horas e seguiu para a casa de amigos em Minas Gerais. A defesa não informou em qual cidade ela ficará.

Segundo a advogada Milena Freire, a decisão proferida pelo juiz responsável pelo caso, André Bijos Dadalto, da 1ª Vara Criminal de Linhares, não impede que a ex-pastora saia do Estado. "Como eu já havia informado, no momento em que fiz o pedido de liberdade, o endereço para onde ela iria, ela pode sair do Estado sem problema nenhum", disse Milena.

A advogada também falou sobre os argumentos usados pela defesa para solicitar o pedido de revogação da prisão. "O excesso do prazo da audiência de instrução foi um dos motivos que eu aleguei. Por lei, ela teria 90 dias para passar por ela e passou bem depois. Os depoimentos das testemunhas de acusação também foram argumento. Elas foram unânimes em dizer que Juliana não era investigada no crime", disse a advogada.

## ASSISTENTE

O advogado Siderson Vitorino, que representa a família paterna de Kauã, teve seu pedido para ser assistente de acusação no caso deferido pela Justiça na tarde de ontem. Ele foi intimado a comparecer na audiência do dia 24 de novembro, no Fórum de Linhares.



JULIANA SALES deve obedecer a determinações da Justiça, senão voltará para a prisão

## SAIBA MAIS

### Ordens do juiz

- > **JULIANA SALES** deve comparecer perante a autoridade competente quando for intimada.
- > **NÃO** frequentar bares, boates e prostíbulos.
- > **NÃO** usar bebida alcoólica e drogas.
- > **FICAR** em casa à noite, podendo sair às 6h e voltar às 20h, para estudar e/ou trabalhar.
- > **PROIBIDA** de mudar de residência ou sair da cidade sem avisar ao juiz.
- > **NÃO** falar com as testemunhas.

## Manifestação todo dia, diz família

A família do menino Kauã Sales Butkovsky, 6, realizou um protesto na manhã de ontem, no centro de Vitória, contra a decisão da Justiça de conceder liberdade provisória à ex-pastora Juliana Sales. E afirmou que vai ser assim, todos os dias.

"Não vamos nos calar, vamos lutar por justiça. Vou parar o trânsito todos os dias, vou parar a Grande Vitória até que ela volte para a ca-



MANIFESTAÇÃO em Vitória

deia", afirmou o pai de Kauã, o comerciante Rainy Butkovsky, 30.

Cerca de 10 pessoas participaram do ato de ontem, entre 7h40 e 9h. Com fogo em pneus, eles fecharam parte das avenidas Getúlio Vargas e Jerônimo Monteiro.

A família afirmou que uma nova manifestação vai acontecer às 16h30 de hoje, na BR-101, na altura de Carapina, na Serra.

## Especialista explica decisão do juiz

A decisão do juiz da 1ª Vara Criminal de Linhares, André Bijos Dadalto, de conceder a liberdade provisória à ex-pastora Juliana Sales pode ter sido tomada a partir da audiência de instrução do caso da morte dos meninos Kauã Sales Butkovsky, 6, e Joaquim Alves Sales, 3, realizada no dia 24 de outu-

bro, em Linhares. É o que acredita o também juiz Ezequiel Turibio, da 1ª Vara Criminal de Vitória.

De acordo com o magistrado, a decisão de revogar uma prisão se dá a partir do momento em que os principais motivos que levaram a pedir a mesma desaparecem. O que pode ter acontecido com o co-

lega ao entrar em contato com testemunhas e provas durante a audiência.

"A prisão é cautelar. Se o juiz decreta a prisão e esses motivos desaparecem, ele pode revogá-la a qualquer momento. Nós podemos ter um entendimento antes da instrução e outro depois", disse o juiz.

FOTOS: CARLOS ALBERTO SILVA



O ex-policial civil Hilário Frasson chegando de camburão no Juizado para participar da audiência que discute a guarda das filhas dele com a médica Milena Gottardi

# Caso Milena: família de médica tenta manter guarda das filhas

**Irmão da médica morta quer permissão definitiva para seguir com as meninas**

GLACIERI CARRARETTO  
RAQUEL LOPES

O ex-policial civil Hilário Frasson, preso acusado de envolvimento no assassinato da esposa, a médica Milena Gottardi, foi retirado do presídio em Xuri, Vila Velha, no início da tarde de ontem, para comparecer a uma audiência, em Vitória, que discute a guarda das filhas dele com a médica. A ação foi proposta por Douglas Gottardi Tonini, irmão de Milena, que possui a guarda provisória das meninas de 10 e 3 anos de idade.

A audiência de instrução começou às 14 horas no Centro Avançado dos

Juizados da Infância e da Juventude de Vitória. Douglas está com a guarda provisória das sobrinhas desde o dia 27 de setembro de 2017.

Milena havia deixado registrado em uma carta que, caso acontecesse alguma coisa com ela, as crianças ficassem com o irmão. Ela foi morta a tiros no dia 15 de setembro, a mando do ex-marido e do sogro dela. Na ação de guarda definitiva, Douglas também pede à Justiça a perda do poder familiar de Hilário Frasson sobre as meninas.

A audiência começou com o depoimento de Douglas. Depois, outras três testemunhas dele foram ouvidas. Nenhuma delas aceitou apresentar o depoimento na frente de Hilário.



Milena Gottardi foi morta em 14 de setembro de 2017

Já os advogados de Hilário apresentou outras três testemunhas, sendo todos eles amigos do ex-policial civil. Uma

sétima testemunha também compareceu a pedido do magistrado à frente da audiência.

A prima de Milena Got-

*“As meninas estão bem. O melhor para elas é ficar distante do pai, eu não consigo nem imaginar elas visitando Hilário na cadeia”*

X. PRIMA DE MILENA GOTTARDI

tardi, que preferiu não se identificar, relatou que o desejo da família é que a guarda definitiva fique com o irmão de Milena, Douglas Gottardi.

“Seria melhor para as meninas. Elas estão bem, tranquilas e estão conseguindo seguir a vida depois dessa tragé-

dia. O melhor para as meninas é ficar distante do pai, eu não consigo nem imaginar elas visitando Hilário na cadeia. A mais velha já disse que não quer vê-lo e a mais nova não fala sobre isso e nem fala sobre o pai”, afirmou.

Segundo a família, Hilário não abre mão da guarda definitiva das filhas, uma vez que ele paga a pensão das meninas. Ainda de acordo com familiares de Milena, a defesa do acusado solicitou que as filhas dele o visitassem na cadeia, mas o pedido foi negado pela Justiça.

Até o fechamento desta edição a audiência de instrução no Centro Avançado dos Juizados da Infância e da Juventude não havia terminado.

## DO CRIME À DENÚNCIA

### 14 DE SETEMBRO DE 2017

#### ► Crime

Milena foi baleada na cabeça no estacionamento do Hucam, em Vitória. Dionathas Alves simulou um assalto antes de atirar. No dia seguinte, Milena morreu no hospital.

### 16 DE SETEMBRO DE 2017

#### ► Atirador é preso

Dionathas foi preso, assim como Valcir da Silva Dias, intermediário, e Bruno

Broetto, que forneceu a moto usada no crime.

### 21 DE SETEMBRO DE 2017

#### ► Hilário na cadeia

Acusados de serem mandantes do crime, o policial civil Hilário Frasson, ex-marido de Milena, e seu pai, Esperidião Frasson, foram presos.

### 25 DE SETEMBRO DE 2017

#### ► Intermediário preso

O sexto suspeito,

Hermenegildo Palaoro Filho, que seria intermediário, foi preso em Aimorés, em Minas Gerais.

### 18 DE OUTUBRO DE 2017

#### ► Conclusão do inquérito

A polícia concluiu o inquérito. Hilário e Esperidião foram apontados como mandantes do crime. Segundo investigação, eles usaram dois intermediários, Valcir e Hermenegildo, para ajudar no assassinato e

contratar o matador por R\$ 2 mil. Dionathas foi acusado de atirar na médica e moto teria sido fornecida pelo cunhado, Bruno Broetto.

### 27 DE OUTUBRO DE 2017

#### ► Denúncia do MP

Todos os envolvidos foram denunciados pelos crimes de homicídio qualificado, feminicídio e fraude processual. Apenas Bruno foi denunciado apenas pelo crime de feminicídio.

## GIRO RÁPIDO

**Hilário Frasson deixa presídio para ir a audiência pela guarda das filhas**

Hilário Frasson, policial civil acusado de ser um dos mandantes da morte da médica Milena Gottardi, deixou o presídio ontem para participar da audiência que definiria a guarda das filhas dele com a médica.

De acordo com a advogada Ana Paula Morbeck, que representa a família de Milena, a Justiça decidiu manter as decisões provisórias. Com isso, a guarda das meninas permanece com Douglas Gottardi, irmão da médica Milena Gottardi. Hilário continua sem o direito de ver as crianças.



**HILÁRIO** é acusado pela morte de Milena Gottardi

# Indenização para 10 mil por serem mal atendidos

Ofensa, humilhação e demora são algumas das situações que levam a Justiça a definir pagamento de até R\$ 38 mil a clientes

Caio Miranda

**O**fensa, humilhação, cobrança descabida e até negativação indevida do nome. Essas são algumas das situações que configuram mau atendimento das empresas e, em alguns casos, podem levar à condenação de pagamento de danos morais aos clientes.

Segundo o juiz Paulo Abiguenem Abib, do 4º Juizado Especial Cível de Vitória, somente nos últimos 12 meses, 10 mil consumidores maltratados foram indenizados por estabelecimentos na Grande Vitória.

Ele explicou que, nesses casos, o valor estipulado em juízo fica entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil, em média. Mas há situações em que a indenização pode chegar a 40 salários mínimos (R\$ 38.160), que corresponde ao teto de reparação em juizados cíveis e do consumidor.

De acordo com Abib, o mau atendimento pode se dar de variadas formas. "Há situações mais simples, como demora em fila de banco e cancelamento de serviço ou contrato sem autorização, até as mais graves, como abalo de crédito por uma negativação indevida".

Já sobre uma ofensa direta do atendente, seja presencialmente ou por telefone, e-mail ou carta, o magistrado afirma que o caso deve ser analisado separadamente.

"Se o representante da empresa falar alguma coisa que ofenda a moral do cliente, como calúnia ou injúria, ou ligar para sua casa e fazer uma cobrança de forma grosseira, são situações que acarretam indenização por danos morais".

Abib afirma que as provas podem ser documentais, como nota fiscal comprovando que o cliente esteve no local, e testemunhais — arrolar, no processo, pessoas que presenciaram o mau atendimento.

"Quem responde o processo por danos morais é a empresa. O atendente é um mero funcionário. Mas, se a empresa quiser, pode entrar com uma ação de regresso contra seu funcionário", completou.

Já o Juiz Marcelo Pimentel, da 10ª Vara Cível de Vitória, ponderou que o "mau atendimento" é um assunto muito complexo e subjetivo.

"É preciso ter provas. Às vezes, um mau atendimento para uma pessoa não é um mau atendimento para outra. Uma indenização assim só é gerada quando há extremismos no tratamento, quando o cliente é muito maltratado", afirmou Pimentel.

“Se o representante da empresa falar algo que ofenda o cliente, é uma situação que acarreta indenização por danos morais”



PAULO ABIB disse que quem responde a ação por danos morais é a empresa, que pode processar seu empregado

ENTENDA

## Cobrança indevida está entre os casos

### O problema

- > CERCA DE 10 MIL clientes da Grande Vitória foram indenizados, nos últimos 12 meses, por serem mal atendidos em estabelecimentos comerciais.
- > VALORES: as indenizações por danos morais, nesses casos, variam de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil, em média. Mas há casos em que a quantia da reparação pode chegar a 40 salários mínimos (R\$ 38.160), teto indenizatório de juizados cíveis e do consumidor.
- > NESSES CASOS, como previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC), a empresa é condenada, e não o funcionário responsável pelo mau atendimento ao cliente.

### O que é mau atendimento?

- > PODEM SER CONFIGURADAS como mau atendimento diversas situações, como os exemplos abaixo:
- > COBRANÇA INDEVIDA: cobrar débitos já quitados pelo consumidor ou até mesmo desconhecidos por ele.
- > HÁ SITUAÇÕES mais graves, como a negativação indevida do nome do cliente em órgãos de proteção ao crédito.
- > TRATAMENTO GROSSEIRO: uso de palavras de calão; ofensas à moral do cliente, como calúnias e injúrias — dizer que o consumidor furtou um item da loja, por exemplo; e envio de cartas ou e-mails com expressões "malcriadas".

### Empresa tem de provar

- > NO DIREITO do Consumidor, há a inversão do ônus da prova. Ou seja, o acusado (empresas) é quem precisa provar que a acusação não procede. No Direito Cível, por exemplo, o ônus da prova é do acusador.
- > PORÉM, a recomendação é reunir uma quantidade máxima de provas possível, o que aumenta as chances de ser indenizado por danos morais.
- > A ORIENTAÇÃO é guardar provas documentais, como ligações, e-mails e cartas e, se for possível, arrolar testemunhas do mau atendimento na ação.

Fonte: Especialistas consultados.

## Cuidados ao filmar para ter provas

Em situações de mau atendimento de estabelecimentos comerciais, o diretor jurídico em exercício do Procon Estadual, André Marques, orienta que, quanto mais provas o cliente reunir, mais efetiva será sua reclamação ou mais certa é a chance de ser indenizado por danos morais na Justiça.

Porém, ele não recomenda a gravação de vídeos dos atendentes ou outros representantes das empresas. "Nessa situação, há uma quebra do direito de imagem, e o atendente pode até acionar o cliente na Justiça. Se for filmar, uma saída é



FILMAGEM com celular: direitos

distorcer ou 'embaçar' os rostos nas imagens. Ou então, gravar um áudio, por exemplo".

Ele ainda explicou que, no Direito do Consumidor, ao contrário do Cível, há inversão do ônus da prova. Então, a empresa é que terá de "se virar" para provar que a acusação não é verdadeira.

"Mas, mesmo assim, as provas dão robustez à ação. Elas podem ser de testemunhas, a gravação de uma ligação, um e-mail ou carta recebida. Sentenças favoráveis pressupõem um mínimo de conjunto probatório", completou.

## Críticas na internet ajudam a melhorar, dizem lojistas

"É pior ver sua empresa ser criticada em uma rede social do que ser denunciado no Procon". A frase é do diretor da Federação do Comércio do Estado (Fecomércio-ES), José Carlos Bergamin. Segundo ele, a popularização das redes sociais contribuem para a maior consciência de um bom tratamento aos clientes.

"Tem as indenizações na Justiça e as reclamações no Procon, mas há as redes sociais, em que o cliente pode estourar aquela loja. Em um processo ou reclamação, aquilo fica restrito a um grupo de pessoas. Quando vai para a internet, viraliza. As redes contribuem para uma aculturação. Nos deixamos atentos e prevenidos".

Para Bergamin, os atendimentos têm de ser cuidadosos, para não serem nem muito introspectivos, distantes do cliente, e nem muito espontâneos, coloquiais.

"É preciso equilibrar isso. Hoje, os atendimentos são muito mais cuidadosos no tratamento das individualidades e das sensibilidades, principalmente com clientes que têm um certo transtorno, um desequilíbrio emocional ou um preconceito muito colocado. Aquele que sempre acha que está sendo desconsiderado, destrutado, até de forma equivocada".

O diretor da Fecomércio-ES também ressaltou que, no varejo, a maioria das atendentes é composta por mulheres, que muitas vezes sofrem abusos de alguns clientes.

"Alguns praticam assédio. Acham que, na condição de cliente, podem ser um pouco 'atrevidos'. Há muita inconveniência. O profissional de venda precisa ser muito equilibrado para não criar conflitos".

Por último, Bergamin destacou que, na Grande Vitória, o tratamento ao cliente melhorou muito nos últimos anos. Mas confessou que ainda há um despreparo técnico.

"No setor de vestuário, por exemplo, exige uma consultoria de moda completa e sincera ao cliente, fundamentada com conteúdo técnico. O cliente não é obrigado a entender e vai buscar apoio sempre. Em uma loja de atendimento customizado, espera-se mais. Atender bem é entender a necessidade, responder às expectativas".



BERGAMIN: evolução no comércio

# Família ganha R\$ 60 mil na Justiça após menino ser “extraviado”

**Criança, na época com 6 anos, saiu em voo do Rio para Vitória, mas acabou em Curitiba**

▲ LARA ROSADO  
lrosado@redgazeta.com.br

A família que viveu momentos de terror quando uma criança, que na época tinha apenas 6 anos, ficou desaparecida e foi parar em Curitiba ganhou R\$ 60 mil de indenização por danos morais da companhia aérea pela qual a criança viajou. Em dezembro de 2016, o menino embarcou desacompanhado no Rio de Janeiro com destino a Vitória para comemorar o aniversário do pai. Porém, por um erro da companhia aérea, o garoto foi encaminhado para capital paranaense.

Na ocasião, o pai do menino, o professor Wanderson Romão, ficou cerca de uma hora sem saber o paradeiro de Henrique. Ele contratou o serviço de acompanhamento de criança que custou R\$ 100. Ao todo, as passagens de ida e volta do menino custaram R\$ 750, incluindo as taxas.

Henrique, que hoje tem 8 anos, foi entregue pela mãe a uma comissária de bordo da empresa aérea. O voo estava marcado para às 17 horas no dia 2 de dezembro de 2016, com chegada prevista em Vitória para às 18 horas. A companhia até enviou um e-mail para o pai informando que o embarque tinha sido realizado de forma segura e que o voo chegaria no horário previsto.

Porém, Wanderson percebeu que algo estava errado quando todos os passageiros desembarcaram do avião e o filho não estava entre eles.

“Logo depois do acontecido, meu filho ficou com muito medo. Não ficava sozinho nos cômodos. Ele se sentia inseguro. Mas hoje ele está bem. Sempre foi uma criança muito madura”, comentou Wanderson.

## PROCESSO

Segundo Wanderson, o processo movido contra a companhia aérea pedia R\$ 180 mil de indenização na primeira instância, mas a Justiça determinou o valor de R\$ 20 mil. Insatisfeitos com o resultados, a família recorreu à segunda instância e em um julgamento realizado na última terça-feira ficou definido o valor de R\$ 60 mil de danos morais.

“Meu filho sofreu um

*“Logo depois do acontecido, meu filho ficou com muito medo. Não ficava sozinho nos cômodos. Ele se sentia inseguro. Mas hoje ele está bem. Sempre foi uma criança muito madura”*

WANDERSON ROMÃO  
PROFESSOR

drama muito grande. Não podemos expor ele novamente a um trauma desse. Os danos morais e materiais são maiores do que o recebemos porque eu não uso mais o serviço de acompanhamento. Agora, todo mês tenho que ir lá no Rio de Janeiro buscar meu filho pessoalmente.”

## DESESPERO

Quando percebeu que a criança não desembarcou em Vitória, em 2016, Wanderson foi até o balcão da companhia, mas ninguém soube informar o que tinha acontecido. Ele foi até a sala da Polícia Federal para reclamar da situação e começou a ter retornos sobre o paradeiro da criança. Na ocasião, ele contou que só pensava que o filho poderia ter sido sequestrado.

Depois do ocorrido, a criança embarcou de Curitiba para o Rio de Janeiro para ficar na companhia da mãe, onde mora. Wanderson conta que essa foi a primeira e última vez que o filho viajou desacompanhado.

A companhia aérea Gol, pela qual o menino fez a viagem, explicou na época que houve uma falha no procedimento de embarque da criança, ocasionando a troca do voo. Segundo a empresa, a todo momento o menino esteve assistido por um funcionário. No entanto, a criança disse ao pai que fez a viagem sozinha.

Procurada ontem, a Gol disse que não comenta decisões judiciais.



Henrique viaja para Vitória para encontrar o pai, o professor Wanderson Romão

## SAIBA MAIS

### LEGISLAÇÃO CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS

► **Desacompanhadas**  
Para efetuar o embarque em viagens nacionais, as crianças precisam levar a certidão de nascimento (original ou cópia autenticada) ou um documento como RG ou passaporte, além de uma autorização judicial válida por no máximo dois anos.

### ► Autorização

Para obter essa autorização judicial, a família deve se dirigir pessoalmente à Vara da Infância e Juventude do município onde reside, munida dos documentos originais dos pais e da criança e de quem for acompanhá-la.

### ► Valor

A autorização judicial é emitida gratuitamente e

a família retira o documento na hora.

### ADOLESCENTES ENTRE 12 E 18 ANOS

► **Desacompanhados**  
A autorização judicial é necessária apenas para viagens internacionais. Em nacionais, o documento não é necessário. Basta a apresentação da identidade ou certidão de nascimento (original ou cópia autenticada).

# Servidores do Judiciário terão abono

**Benefício deve ser pago no dia 12 de dezembro. TCES ainda estuda a medida**

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

Por unanimidade, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) aprovaram o pagamento do abono no valor de R\$ 1,5 mil aos servidores do Judiciário. A decisão foi tomada ontem na sessão do Tribunal Pleno.

O valor do benefício é o mesmo anunciado pelo governo do Estado aos seus servidores. Do mesmo modo, a previsão do TJES é efetuar o pagamento na mesma data que o Poder Executivo, em 12 de dezembro, em folha suplementar.

Após a aprovação pelos desembargadores, o projeto segue para a Assembleia Legislativa e ainda terá que ser sancionado pelo governador Paulo Hartung (sem partido).

O Poder Judiciário possui cerca de 3.340 servidores ativos e pouco mais de 800 servidores inativos. Sendo assim, o pagamento do abono a todos eles representaria um impacto de R\$ 6,2 milhões aos cofres.

## EM ESTUDO

O Tribunal de Contas estadual (TCES) já informou que está em fase de elaboração do projeto de lei para concessão do abono de final de ano e a tendência também é acompanhar o Poder Executivo estadual, concedendo um benefício



Sede do Tribunal de Justiça: concessão do abono foi aprovada por unanimidade

FABIO VICENTINI/ARQUIVO

**R\$ 1,5 MIL**

É o valor do benefício que será pago a 3.340 servidores do Judiciário no dia 12 de dezembro deste ano

de R\$ 1,5 mil. No entanto, nada está confirmado.

Segundo o Portal de Transparência, a Corte de Contas possui atualmente 515 servidores ativos. O pagamento do abono para eles equivaleria a uma despesa de R\$ 772,5 mil.

O Ministério Público do Espírito Santo e a Assembleia Legislativa continuam avaliando a possibilidade.



**GIRO RÁPIDO****Aprovado abono para servidores do Judiciário**

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) aprovou o pagamento de abono de R\$ 1.500 aos seus servidores ativos e inativos.

O valor do benefício segue o mesmo valor anunciado no início da semana pelo governo do Estado. O Poder Judiciário conta com mais de 3 mil servidores ativos e cerca de 800 que estão fora de atividade. A gratificação deve custar mais de R\$ 6 milhões aos cofres públicos.

# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenário@redetribuna.com.br

## “Não vamos impedir o abono”

O coordenador da equipe de transição de Casagrande, Álvaro Duboc, disse que o governador eleito não vai tentar impedir o pagamento do abono de R\$ 1.500 a servidores do Estado – o projeto está na Assembleia e ainda não foi votado –, mas avisou que outras ações do governador Paulo Hartung que possam esvaziar o caixa do Estado serão judicializadas.

“Entendemos que é importante o reconhecimento dos profissionais, mas a forma como foi feito, abrindo uma caixa de bondades após quatro anos sem diálogo é que não concordamos. Quanto ao abono, que deve gerar um impacto financeiro de R\$ 135 milhões, não vamos tomar providência, mas se adotar outras medidas para utilizar recursos no final do mandato, contrariando todo o histórico, iremos judicializar”.

Duboc entrou, na última terça-feira, com outra representação no Tribunal de Contas para suspender convênios da Secretaria de Estado do Esporte. O relator é o conselheiro Carlos Ranna, que deve dar uma decisão nesta semana.

\* \* \*



**PRESIDENTE** da Amages, Daniel Peçanha diz que um juiz em fim de carreira recebe quase o mesmo que um novato

MAGISTRADOS

## Juizes querem volta de adicional no salário

A medida seria para compensar o fim do auxílio-moradia, extinto após aumento de 16,38% na remuneração dos magistrados

Tiago Alencar

“Hoje, um magistrado em fim de carreira recebe o mesmo que um outro mais recente e do mesmo grau de jurisdição”. A fala é do presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha.

Ele foi questionado sobre a polêmica envolvendo a insatisfação de associações que representam os juizes brasileiros, como no caso da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), por exemplo, diante do acordo entre os ministros do

Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do presidente da Corte, o ministro Dias Toffoli, e o Presidente Michel Temer (MDB).

Em nome do aumento de 16,38% no salário dos ministros do STF, que fará com que o teto salarial dos magistrados passe dos atuais R\$ 33,7 mil para mais de R\$ 39 mil, os juizes terão de abrir mão do auxílio-moradia, hoje avaliado em R\$ 4.377,73.

Um dos pontos levantados pelas associações que representam os direitos dos magistrados seria a volta do adicional por tempo de serviço, junto ao reajuste aprovado no Senado. Só assim seria possível abrir mão do auxílio-moradia.

Para Peçanha, hoje, não existe diferenciação entre o que recebe um juiz no início de carreira e outro que está finalizando suas atividades na magistratura, o que, segundo ele, justifica a reivindicação do adicional por tempo de serviço feita pelos magistrados.

“O adicional é utilizado em diversas carreiras para valorizar e incentivar a permanência do servidor”, explicou.

O juiz capixaba ainda destacou que “não se tem, na magistratura, plano de cargos e salários, nem adicionais ou qualquer outro benefício com essa finalidade de valorizar a permanência do juiz na função, mesmo após ele ter cumprido seu tempo de serviço”.

Já sobre os vencimentos dos magistrados, o juiz diz se tratar de uma reparação justa. “Não existe aumento. É uma recomposição parcial de perdas inflacionárias”, afirmou.

Uma campanha on-line contra o reajuste de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já conta com mais de 2 milhões de assinaturas.

A iniciativa foi feita pelo Partido Novo, que também peticionou o presidente Michel Temer contra o aumento.

SAIBA MAIS

### Associações reivindicam planos de cargo

#### Acordo

➤ EM AGOSTO DESTA ANO, o presidente Michel Temer (MDB) atendeu ao pedido de reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

➤ NO ENTANTO, para conceder os 16,38% sobre os atuais R\$ 33.763 pagos a eles, o presidente colocou como condição a extinção do auxílio-moradia, benefício atualmente incorporado ao salário de milhares de servidores, mesmo de quem tem imóvel próprio.

➤ NO DIA 7 DE NOVEMBRO, o Senado aprovou os projetos de lei que concedem aumento aos ministros do STF e ao procurador-geral da República.

➤ O REAJUSTE altera o subsídio dos 11 integrantes do STF e da atual chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil.

➤ O SUPOSTO ACORDO entre estaria gerando insatisfação entre associações que representam a magistratura.

ra. As instituições estariam pretendendo a volta do adicional por tempo de serviço, em contrapartida à retirada do auxílio-moradia da lista de benefícios concedidos aos juizes.

➤ AS ASSOCIAÇÕES questionam o fato de não haver um plano de cargos e salários para juizes.

➤ UMA CAMPANHA on-line contra o reajuste de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já conta com mais de 2 milhões de assinaturas.

## ALÉM DO REAJUSTE SALARIAL

# Juizes querem adicional em troca do auxílio-moradia

**Nova verba também ficaria livre do teto que limita os vencimentos dos magistrados**

BRASÍLIA

Antes mesmo de assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli combinou com o presidente Michel Temer (MDB) que, se o Senado aprovasse o reajuste salarial de 16,38% para a magistratura, os juizes abriam mão do auxílio-moradia, para compensar o gasto extra. O toma-lá já veio. Agora falta o dá-cá. Essa parte do acordo não será tão fácil de ser cumprida.

Os ministros do STF estão dispostos a restringir o pagamento do auxílio-moradia a casos específicos. Mas as associações de juizes não estão contentes com a fórmula e propõem um puxadinho no acordo: para abdicar do benefício,



DANIEL TEIXEIRA/AGÊNCIA ESTADO

**Reajuste a ministros do Supremo tem efeito cascata**

querem a volta do adicional por tempo de serviço – um outro penduricalho que propicia, ao longo dos anos, vencimentos mais gordos.

O auxílio-moradia e o adicional por tempo de serviço estão previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), editada em 1979 pelo então pre-

sidente Ernesto Geisel. Ela estabelece “ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado”.

Hoje, com o entendimento ampliado, o Judiciário paga o benefício a todos os juizes que não ocupam imóveis funcionais –

mesmo que tenham residência própria, mesmo sem apresentar o recibo do aluguel. A tendência é o STF restringir o pagamento do benefício apenas a quem de fato mora de aluguel, não tenha residência onde trabalha e não ocupe imóvel funcional.

A mesma Loman fixa “gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço, até o máximo de sete”. Emenda constitucional de 2003 já incorporou esse benefício à remuneração dos juizes, estabelecendo que o total recebido não pode ultrapassar o teto do funcionalismo público, correspondente ao valor do salário de ministro do STF. Agora, a magistratura quer receber o adicional mesmo que a remuneração total ultrapasse o teto, da mesma forma como é pago o auxílio-moradia. (Agência O Globo)

## MAGISTRADOS

# Candidatos à OAB contra o reajuste

Eles condenaram o aumento autorizado pelo Senado nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal

Kleber Amorim

Os três candidatos à presidência da seccional capixaba da Ordem dos Advogados, cuja eleição será no próximo dia 28, se posicionaram contrários a aprovação no Senado, na quarta-feira, de aumento de 16,38% nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O reajuste terá efeito cascata em diversas carreiras no Espírito Santo e deverá gerar por ano um impacto fiscal nos cofres públicos daqui de mais de R\$ 75 milhões.

## OS NÚMEROS

## 16,38%

é o reajuste dos salários dos ministros do STF

## 75 milhões

é o impacto fiscal anual nas contas do Estado

“Avalio muito negativamente. Fico frustrado porque a Justiça precisa ser um órgão reconhecido e de confiança da sociedade e acaba fazendo a sociedade desconfiar que o Judiciário esteja negociando a troca do auxílio-moradia por aumento. Isso não é um tipo de visão que a própria Justiça deva fomentar”, disse Ricardo Barros Brum, que encabeça a chapa 1 “Inova e Avança”.



OS CANDIDATOS Ricardo, José Carlos e Elisângela criticaram o aumento, que terá efeito cascata nas carreiras

O candidato à presidência da chapa 2 “Renova OAB”, José Carlos Rizk Filho, considerou exagerado o percentual. “Esse tipo de reajuste não é adequado no momento de crise que a gente vive, onde vivemos expectativa de uma luz. O momento é de austeridade em todos os âmbitos e acho que tinha que se dar o exemplo. O valor de 16% é exagerado. Sou contra”.

Elisângela Leite Melo, candidata a presidente pela chapa 3 “Ordem Democrática” também fez críticas. “Mais preocupante ainda é a forma em que foi tomada a decisão,

em sessão convocada de última hora, inviabilizando o debate entre senadores e o esclarecimento da opinião pública. Fica para nós a suspeita de que muitos desses senadores votaram por conta de suas condições de réus em processos que correm no STF”, disse.

Os candidatos também se manifestaram sobre o juiz Sérgio Moro no Ministério da Justiça. “Espero que faça o melhor trabalho, mas surpreendeu. Ele fez um trabalho que criou impactos positivos, mas violou prerrogativas de advogados e da sociedade, e isso a Ordem tem

que enfrentar”, disse Brum.

“É incomum em razão dele ser um juiz de primeira instância. O Brasil não tem tido essas experiências, é algo novo até para os advogados. Mas nossa expectativa é que seja bom”, disse Risk.

“É estarrecedor ver um juiz de um processo que teve papel decisivo no resultado das eleições presidenciais, com vazamento seletivo de delação na véspera do segundo turno, ser convidado e aceitar participar do governo do candidato que se beneficiou do vazamento”, afirmou Elisângela Melo.

# COLUNA DO ESTADÃO

---

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | [colunadoestadoo@estadoo.com](mailto:colunadoestadoo@estadoo.com)

**APROVEITANDO...** Juizes federais sinalizaram ao ministro Dias Toffoli que preferem esperar janeiro de 2019, quando o aumento nos salários começará a ser pago, para julgar o auxílio-moradia.

## OPINIÃO DA GAZETA

# CÚPULA NÃO PODE SE ISOLAR

Salário de R\$ 39,2 mil para ministros do STF choca-se com a realidade de 13 milhões de desempregados e clamor por ajuste fiscal

**O**bater de asas de uma borboleta em Brasília causa um tsunami em todo o país. O Senado aprovou o aumento de 16,38% no salário dos ministros do STF e da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. No entanto, o impacto desse reajuste vai muito além desses 12 integrantes da elite estatal brasileira, os 11 ministros do STF e a procuradora-geral. Como os rendimentos do Supremo servem de teto constitucional para outras categorias de servidores públicos, o impacto nas contas públicas vai girar entre R\$ 4 bilhões e R\$ 6 bilhões por ano, segundo cálculo do próprio Congresso.

Caso o aumento seja sancionado por Michel Temer, passando dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, juízes, desembargadores, defensores, promotores e procuradores de todo o Brasil também terão seus salários reajustados. Automaticamente. Em um país que luta para sair de uma crise econômica e que tem um déficit do setor público previsto para 2019 de R\$ 139 bilhões, o efeito-cascata do reajuste é

desastroso. E não há mágica: quem paga a conta é a população.

Além dos salários vinculados por lei ao teto da Suprema Corte, outras categorias podem pleitear equiparação, como os parlamentares. O rombo é ainda mais danoso para Estados e municípios. Uma das formas de deixar as contas no azul e desestrangular recursos para investimentos é navegar justamente no sentido contrário ao que a proa do navio do Senado aponta: segurar reajustes.

Representantes da magistratura utilizaram adjetivos como “justo”, “necessário” e “modestíssimo” para classificar o reajuste.

“  
Representantes da magistratura utilizaram adjetivos como ‘justo’, ‘necessário’ e ‘modestíssimo’ para classificar o reajuste do STF. Todos inapropriados”

Todos inapropriados. Além de irresponsabilidade fiscal, o aumento choca-se com a realidade de 13 milhões de desempregados e outros milhões de trabalhadores informais. O que um ministro da Suprema Corte passará a ganhar por dia, R\$ 1.309, já ultrapassa a renda média familiar per capita mensal do brasileiro, que foi de R\$ 1.268 em 2017, segundo o IBGE. Isso sem contabilizar o impopular auxílio-moradia, de R\$ 4,3 mil, sobre o qual não incide impostos.

O presidente do Supremo, Dias Toffoli, afirma que o reajuste pode abrir caminho para o fim do auxílio-moradia ou, pelo menos, para uma revisão das regras de concessão. Outra proposta a ser estimulada é a da PEC que desvincula o salário da Suprema Corte do teto do funcionalismo público federal. Ambas são muito bem-vindas. O Brasil espera por justiça do alto escalão da Justiça.

AUMENTO NO JUDICIÁRIO

# Fim de auxílio-moradia só com extra no salário

Juizes são contrários ao acordo fechado por Toffoli e Temer e, além do reajuste, querem volta de adicional por tempo de serviço

BRASÍLIA

O acordo entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, e o presidente Michel Temer para que a Corte vote o fim do auxílio-moradia gerou insatisfação nas associações de juizes.

As entidades propõem um acréscimo no acordo: para abdicar do benefício, querem a volta do adicional por tempo de serviço – um outro penduricalho que propicia, ao longo dos anos, vencimentos maiores.

Antes de assumir a presidência do STF, Dias Toffoli combinou com o presidente Michel Temer que, se o Senado aprovasse o reajuste de 16,38% para a magistratura, os juizes abririam mão do auxílio-moradia. O acordo, no entanto, não será tão fácil de ser cumprido.

A Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) lidera o movimento junto à Corte para garantir que a queda de vencimentos não seja significativa. Semanas atrás, antes da aprovação do reajuste no Senado, o presidente da entidade, Jayme de Oliveira, era explícito:

“Precisamos recuperar o adicional por tempo de serviço. Hoje, a AMB acha que é devido o auxílio-moradia da forma como é pago”.

A avaliação no meio jurídico é que, mesmo restringindo o pagamento do auxílio-moradia, o que deve acontecer, o STF vai precisar encontrar uma fórmula para pacificar a magistratura.



ANDRÉ DUSEK/AGÊNCIA ESTADO

**TOFFOLI** havia combinado o reajuste em troca do fim do auxílio-moradia

Em transmissão ao vivo ontem por suas redes sociais, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), fez uma queixa sobre a votação no Senado que concedeu o aumento salarial para os ministros do Supremo.

Bolsonaro reclamou de estarem “colocando” em sua conta o reajuste. O salário dos ministros passará para R\$ 39,2 mil. A proposta estava

parada desde 2016 no Senado.

“Deixo bem claro: não sou o presidente da República. Estão botando na minha conta o reajuste do Judiciário, como se eu tivesse poderes para impedir. Dei minha opinião de que era inoportuno aquilo no momento. Mas a decisão está nas mãos do presidente Michel Temer, se vai sancionar ou vai vetar” afirmou.



| VOTAÇÃO RELÂMPAGO |

# Reajuste do Judiciário impacta salários no Estado

Entenda por que o aumento pode custar R\$ 41 milhões nas contas estaduais

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

Se sancionado pelo presidente Michel Temer (MDB), o projeto de lei aprovado na última quarta-feira (7) pelo Senado, que aumenta em 16,38% o salário dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e da procuradora-geral da República, não impactará somente o orçamento federal. O que em princípio parece ser apenas o salário de 12 pessoas tem o poder de afetar também outras instâncias do Poder Judiciário e ainda todo o funcionalismo público em diferentes esferas, chegando até os cofres do Espírito Santo.

Considerando apenas os servidores estaduais ativos que seriam contemplados com o mesmo percentual de reajuste, cerca de R\$ 41 milhões teriam que ser gastos a mais anualmente a partir de 2019. Em todo o país, o valor é estimado entre R\$ 4 e R\$ 6 bilhões.

Este é o chamado efeito cascata, que como o próprio nome sugere refere-se à reação em cadeia ocasionada pela medida, uma vez que os salários dos ministros e do procurador-geral da República funcionam também como um balizador para outras carreiras, pois representam o teto, ou seja, o valor máximo do subsídio do funcionalismo público.

Conforme explica o pro-



FELIPE SAMPAIO/STF

Supremo Tribunal Federal: salários de ministros são referência para carreiras

fessor de Direito Constitucional da Ufes, Ricardo Gueiros, por força da lei, os salários da magistratura federal – que inclui ministros do Superior Tribunal de Justiça, desembargadores e juizes federais – estão atrelados ao dos ministros do STF. Sendo assim, o aumento neste caso é automático.

## PROCURADORES

O mesmo raciocínio é válido para as carreiras que estão abaixo do procurador-geral da República, como os subprocuradores da República, os procuradores regionais da República e os procuradores da República.

“Aproveitando o ensejo, boa parte dos Estados bra-

sileiros aprovaram leis que fazem com o que o aumento também seja automático na esfera estadual”, afirma Gueiros.

## CONTEMPLADOS

Este é o caso do Espírito Santo, onde desembargadores do Tribunal de Justiça, juizes e juizes substitutos do Tribunal de Justiça (TJES) estão inclusos na lista de servidores contemplados pelo reajuste automático, assim como os procuradores de Justiça, promotores e promotores substitutos do Ministério Público Estadual (MPES) e os conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de contas do Tribunal de Contas (TCES).

O professor de Direito

Constitucional da FDV Adriano Sant’Ana Pedra explica ainda que, como o salário dos ministros do STF estabelece um teto salarial, aqueles servidores que acumulam direitos ao longo da carreira e poderiam receber até mais do que os ministros têm suas remunerações cortadas para acompanhar esse limite.

“Esse é o chamado abate-teto. Mas como agora o salário dos ministros poderá aumentar (passando de 33,7 mil para R\$ 39,2 mil), essas outras pessoas também poderão receber mais”, diz Pedra.

## OUTROS PODERES

Mas os efeitos da medida podem ser ainda mais exten-

sivos, indo além do Judiciário e alcançando outras esferas de Poder. Segundo Ricardo Gueiros, caso o projeto de lei de recomposição salarial do STF passe pelo crivo de Temer, os senadores e deputados federais – que hoje ganham o mesmo salário que os ministros do STF – poderão votar o aumento de seus próprios salários, seguindo o princípio da equivalência dos poderes.

Uma vez que o aumento se consolide no Legislativo Federal, ele tão logo poderá chegar ao Legislativo estadual. “Aí é o mesmo raciocínio: os deputados estaduais podem votar o aumento de seus salários com base no aumento do salário dos deputados federais”, pontua Gueiros.

A Constituição estadual determina que os deputados estaduais podem ganhar um salário equivalente a no máximo 75% do valor que ganham os deputados federais.

O professor acrescenta: “Seguindo esse mesmo princípio de equivalência, o Poder Executivo também poderia pleitear o aumento. Mas isso não costuma acontecer, pois, então, o rombo seria muito maior”.

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli pretende enviar ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional que desvincule os salários dos ministros do STF do teto do funcionalismo público federal, o que, em tese, amenizaria o efeito cascata.

## ANÁLISE

### DEFINIR QUAL SERÁ O TETO

◀ O impacto com a reposição salarial sempre existe, pois não existe direito sem custo. Mas do ponto de vista prático, a Proposta de Emenda Constitucional sugerida pelo ministro Dias Toffoli para desvincular o salário dos ministros do STF do funcionalismo é inócua, pois só abrangeria a parte referente aos magistrados, em que os salários estão amarrados aos dos ministros. Nas situações de abate-teto e com relação ao aumento de deputados federais e de senadores, teríamos pressão por reajustes da mesma forma. O Ministro precisa detalhar sua proposta. Se o salário do STF deixar de ser o teto, qual será?

ADRIANO SANT’ANA PEDRA  
PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA FDV

## ANÁLISE

### PRESSÃO NO ORÇAMENTO

◀ A vinculação provoca um efeito cascata. Isso pressiona o orçamento e sobra menos para investimentos. A vinculação automática é um anacronismo porque a sociedade não vê sentido nisso. Não há mais entregas ou prestação de serviços que justifique aumentos. Por isso, eu acho que a separação é coerente com essa ideologia liberal que o governo pensa em seguir com as contas públicas para enfrentar o déficit público. A pressão da dívida sobre o orçamento exige que determinadas escolhas sejam feitas. O orçamento é uma arena de conflitos distributivos e a desvinculação se torna viável por limitar a expansão dos gastos.

WALLACE MILLIS  
COORDENADOR DO MBA EM GESTÃO PÚBLICA DA UVV

## O IMPACTO DO AUMENTO NO ESPÍRITO SANTO

Cargos que podem ter salários elevados com reajuste do STF

Cargo	Quantidade	Salário atual	Reajuste (%)	Vai para	Diferença por pessoa	Impacto mensal	Impacto anual
Desembargador - TJES	28	R\$ 30.471,11	16,38%	R\$ 35.462,27	R\$ 4.991,16	R\$ 139.752,48	R\$ 1.816.782,24
Juiz de Direito - TJES	279	R\$ 28.947,55	16,38%	R\$ 33.689,15	R\$ 4.741,60	R\$ 1.322.906,40	R\$ 17.197.783,20
Juiz Substituto - TJES	31	R\$ 27.500,17	16,38%	R\$ 32.004,69	R\$ 4.504,52	R\$ 139.640,12	R\$ 1.815.321,56
Procurador de Justiça - MPES	32	R\$ 30.471,11	16,38%	R\$ 35.462,27	R\$ 4.991,16	R\$ 159.717,12	R\$ 2.076.322,56
Promotor - MPES	241	R\$ 28.947,55	16,38%	R\$ 33.689,15	R\$ 4.741,60	R\$ 1.142.725,60	R\$ 14.855.432,80
Promotor de Justiça Substituto - MPES	19	R\$ 27.500,17	16,38%	R\$ 32.004,69	R\$ 4.504,52	R\$ 85.585,88	R\$ 1.112.616,44
Conselheiro - TCES	6	R\$ 30.471,10	16,38%	R\$ 35.462,27	R\$ 4.991,17	R\$ 29.974,02	R\$ 389.311,26
Conselheiro-substituto - TCES	3	R\$ 28.947,54	16,38%	R\$ 33.689,15	R\$ 4.741,61	R\$ 14.224,83	R\$ 184.922,79
Procurador de Contas - TCES	3	R\$ 30.471,10	16,38%	R\$ 35.462,27	R\$ 4.991,17	R\$ 14.973,51	R\$ 194.655,63
Deputados estaduais - ALES	30	R\$ 25.322,25	16,38%	R\$ 29.470,00	R\$ 4.147,78	R\$ 124.433,40	R\$ 1.617.634,20
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 3.173.933,36</b>	<b>R\$ 41.260.782,68</b>

**Observação:** A reposição salarial de deputados estaduais não ocorre de forma automática quando há recomposição salarial para ministros do STF. Mas eles podem colocar em votação o aumento de seu salário caso deputados federais aumentem seu subsídio baseados na equivalência dos Poderes.

# VITOR VOGAS PRAÇA OITO

VVOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS

## Elisângela Melo: luta de classes na OAB-ES

Hasteando as bandeiras da defesa das prerrogativas e do Estado Democrático de Direito e dirigindo um “olhar especial” para os advogados com menor poder financeiro, Elisângela Leite Melo é candidata à presidência da OAB-ES, na eleição marcada para o próximo dia 28. É com ela que fechamos hoje a série na qual apresentamos os três concorrentes à sucessão de Homero Mafra.

Fechada cinco dias antes do fim do prazo para inscrições, a chapa 3 foi lançada pelo grupo de Elisângela, no início de outubro, a partir de certo receio com o futuro da democracia no país qualquer que fosse o candidato eleito à Presidência (Haddad ou Bolsonaro).

“Nunca foi um projeto pessoal meu ser presidente da Ordem. Sempre apoiiei pessoas na chapa querendo ver na OAB a casa do advogado e da sociedade civil. Sempre acreditei na OAB dessa forma: como uma defensora do Estado Democrático de Direito, que é finalidade legal da OAB. As pessoas não sabem disso. Achar que a OAB é só uma instituição corporativa. Não é. Ela é menos corporativa do que qualquer outra coisa. Defender as prerrogativas do advogado é um instrumento de garantia do Estado Democrático de Direito.”

Como diferencial da sua chapa, Elisângela salienta que, diferentemente das outras duas – classificadas por ela como

“elitistas” –, ela se propõe representar “pessoas comuns, que estão com a barriga no balcão todo dia, que estão no dia a dia dos fóruns”.

“Nosso olhar é para aquele advogado que é mais vulnerável e não para o advogado que é dono da banca de advocacia. Obviamente todos eles são amparados pela OAB-ES. Mas o que sofre mais violação de prerrogativas é o advogado que tem menos capacidade financeira, é a advogada mulher. É diferente das outras duas chapas, que são frutos da mesma matriz: ambos são filhos de uma elite do próprio Judiciário.” (Para contextualizar: o pai de Homero Mafra, principal apoiador de Ricardo Brum, foi desembargador, enquanto o pai de José Carlos Rizk é ex-presidente do TRT).

A candidata admite, contudo, que seu grupo chegou a cogitar, de modo muito superficial, uma composição com a chapa de Rizk (o outro candidato de oposição neste processo). Eles chegaram a manter conversas, mas a ideia não foi à frente. O motivo é explicado por ela: “Não havia espaço para pluralidade na chapa. Era muito elitista, de uma forma só. Não havia espaço para um advogado mais humilde,

—  
**“A gente não trabalha com medalhão. Os principais apoiadores são os advogados do dia a dia que não se sentem representados pelas outras duas chapas. É a Maria, o João, o José.”**

—  
**ELISÂNGELA LEITE MELO**

com menos potencial financeiro.”

Elisângela afirma que sua chapa dá especial atenção às mulheres e aos advogados em início de carreira. Para as primeiras, destaca que sua chapa é a única, de acordo com suas contas, que está efetivamente respeitando a devida representatividade para mulheres em cargos titulares na chapa. Estas, segundo ela, representam hoje 44% da categoria. E as regras da eleição impõem cota de gênero de 30% das posições em cada chapa.

“Considerando os membros titulares, a chapa 1 (Brum) tem 21,2% de mulheres. A chapa 2 (Rizk), só 12,7%. A nossa tem 51%”, expõe a candidata. Ela também diz que lutará para que os diretores de fóruns suspendam os prazos processuais no caso de advogadas que engravidem e tirem licença-maternidade.

Já para os advogados recém-registrados na OAB-ES, ela propõe gratuidade no primeiro ano e uma anuidade escalonada nos anos seguintes (com descontos maiores que os aplicados hoje).



## Racha na gestão Homero

Na coluna da última quarta, o candidato da situação à presidência da OAB-ES, Ricardo Brum, disse que, até 2015, a Escola Superior de Advocacia (ESA) ficava com menos de 3% do orçamento da entidade e que hoje fica com 5%. Contestando esse número, o advogado Rodrigo Mazzei, diretor-geral da ESA desde 2012, entregou o cargo. Mazzei, como Brum, é aliado de Homero, mas diz estar neutro no atual processo.

## Currículo

Formada em 1995 pela Ufes, Elisângela Melo foi uma das primeiras presidentes da Comissão de Advogados em Início de Carreira da OAB-ES (a 1ª a ser formada no país), na gestão de Agesandro da Costa Pereira. Tem pós-graduação em Direito e Processo Penal (FDV) e faz mestrado em Segurança Pública na UUV. É procuradora concursada de Cariacica. Atua nas áreas de direito penal e trabalhista. É uma dos seis integrantes do escritório Moreira e Melo Sociedade de Advogados. É casada com o ex-secretário-geral da OAB-ES André Moreira (PSOL), sócio dela no escritório e integrante da mesma chapa (como conselheiro federal). Diferentemente do marido, não tem filiação partidária.

## Parceria

Moreira foi candidato à presidência da OAB-ES em 2009 e 2012. Elisângela participou das duas chapas, como candidata a membro do conselho estadual.

## Milhão contra tostão

A candidata diz que os adversários estão fazendo “campanhas milionárias, que todo mundo vê”. “São jantares, cafés... Estão o tempo inteiro oferecendo alguma coisa. E, ao contrário de nós, não têm compromisso em fazer uma prestação pública das contas de campanha.” O teto de gastos dela é de R\$ 30 mil.

## | ESCOLHA DOS ADVOGADOS |

# O QUE ESTÁ EM JOGO NA ELEIÇÃO DA OAB-ES

## Três chapas estão na disputa pelo comando da entidade

LEITÍCIA GONÇALVES  
lgoncalves@redgazeta.com.br

No próximo dia 28 será definido quem vai comandar a seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil pelos próximos três anos. São cerca de R\$ 16,5 milhões por ano em orçamento, além de visibilidade, influência e poder para definir como a OAB-ES exercerá seu papel institucional e de defesa da classe. Três chapas estão na disputa e, desta vez, nenhuma delas é encabeçada pelo atual presidente, Homero Mafra, há quase nove anos no comando da entidade. Homero, no entanto, apoia Ricardo Brum, atual secretário-geral da Ordem. Além dele, José Carlos Rizk Filho e Elisângela Leite Melo estão no páreo.

Com cerca de 17 mil advogados aptos a votar no Estado, o pleito contará com urnas eletrônicas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), mas já movimento mais do que as telas dessas máquinas. A campanha está acirrada nas redes sociais. Há quem reclame da profusão de “fofocas” em circulação no WhatsApp, em que as propostas das chapas ficam de lado. Então, vamos a elas. Ricardo Brum, apesar de representar a situação – Homero Mafra é até um dos nomes da chapa para integrar o Conselho Federal – apresenta-se como um ator capaz de realizar uma gestão mais profissional, com foco em números e metas.

“Eles (concorrentes) vão tentar dizer que é a mesma coisa, e a gente tem a interpretação de que não é a mesma coisa. É o grupo de Homero? A gente tem origem aí, mas é um grupo reformulado. Tenho um olhar diferente do presidente Homero, sou mais vinculado a gestão, a esta-



Advogados votam para escolher representantes da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo

belecer metas”, afirma Brum. “Dos 92 membros da chapa, só 25 compõem a atual gestão. E na chapa 2 tem gente da atual gestão também”, complementa, aproveitando para alfinetar adversários, como o fazem também os demais. Afinal, é uma eleição. O nome da Chapa 1 tenta resumir a mensagem de Brum: “Inova e Avança”.

E quanto à reeleição, diz que não vai seguir os passos daquele que o apoia: “Se a gente ganhar ou se a gente perder, não vou ser candidato à presidência da Ordem de novo”.

Além de Homero, Brum conta ainda com o endosso de Santuzza Costa Pereira,

que já disputou contra o próprio Homero em 2015 e ficou em terceiro lugar.

### OPOSIÇÃO

Rizk Filho, da Chapa 2, a “Renova OAB”, coloca-se como a autêntica oposição. No último pleito ele terminou em segundo, com 33,1% dos votos (Homero venceu com 36,52%). “Hoje a Ordem está distante da advocacia e da sociedade. Não faz o dever de casa. Por exemplo: falta transparência. Tem que praticar o que prega”, afirma.

Maior transparência sobre receitas e despesas da Ordem é uma das propostas de Rizk. “E outra

coisa: o cargo exige certo sacrifício pessoal. Você não pode aceitar alguns casos em que há conflito com a atuação da Ordem. E avalio que hoje não tem ocorrido esse sacrifício.”

Outra questão em que Rizk pretende atuar é em relação aos advogados dativos – acionados para defender quem não pode pagar por um advogado e quando não há defensor público disponível. “Estão imprensados pelo Judiciário, com audiências por R\$ 100, R\$ 50”, pontua.

Entre os apoiadores de Rizk Filho está o advogado Jovacy Peter Filho, que havia ensaiado lançar candidatura própria à

presidência, mas, no mês passado, decidiu aderir à campanha da Chapa 2.

### MAIS OPOSIÇÃO

Já Elisângela Leite Melo, da Chapa 3 (“Ordem Democrática”), que foi a última a entrar na corrida, diz que decidiu lançar o nome por não se sentir representada pelas outras duas candidaturas até então postas.

“A OAB está subserviente às instituições e não se coloca ao lado do advogado, principalmente o que está na base da pirâmide. A gente não vê uma atuação em prol da defesa das prerrogativas do advogado, que nada mais é que a defesa do Estado Democráti-

**R\$ 16,5 MILHÕES**

É, aproximadamente, o orçamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) de 2018.

**17 MIL**

É a quantidade de advogados aptos a votar no dia 28, de acordo com o presidente da Comissão Eleitoral da OAB-ES, Segundo Luis Meneguelli.

co de Direito”, afirma.

“Como a gente vai se portar diante da enxurrada de violação de direitos? Do lado de quem o advogado vai ficar? Do lado da sociedade ou de quem está batendo? Nós estamos do lado da sociedade civil e do advogado que está com a barriga no balcão”, complementa.

Entre as propostas da Chapa 3 estão criar o Portal de Transparência; consultar a categoria na formulação do orçamento; eleições diretas para as vagas do Quinto Constitucional (para desembargador do Tribunal de Justiça) e fim da reeleição para a OAB.

Historicamente, a OAB esteve em diversas lutas ao lado da sociedade civil, como nas Diretas Já e, no Estado, contra o crime organizado, no início dos anos 2000. Hoje, nacionalmente, tem posicionamentos como o contrário ao auxílio-moradia. Os que futuramente vai adotar no Espírito Santo, o resultado da eleição do dia 28 dirá.

**LEIA EM OPINIÃO.**  
na página 15, artigos dos três candidatos.

FLICKR OAB - 19/11/2015

CHAPA 1 - "INOVA E AVANÇA"

ALEX GOUVEA/DIVULGAÇÃO



Tenho um olhar diferente do presidente Homero (Mafra), sou mais vinculado a gestão, a estabelecer metas. Não é simplesmente uma continuidade. A gente vai fazer muito mais"

**RICARDO BRUM**

► **Formação**  
Bacharel em Direito pela Ufes, em 1999. Especialista em Direito Civil, em Direito Processual Civil e em Direito Tributário; Mestre em Direito Empresarial.

► **Secretário-geral**  
Secretário-geral da OAB-ES na gestão de Homero Mafra. É a primeira vez que Ricardo

Brum disputa a presidência da seccional capixaba da Ordem. Ele conta com o apoio de Homero, que está na chapa como integrante do Conselho Federal.

► **Algumas propostas**  
Um centro de dados e estatística para monitorar o Judiciário; Adoção de metas; Combate à violação de prerrogativas.

CHAPA 2 - "RENOVA OAB"

DIVULGAÇÃO



Hoje, a Ordem está distante da advocacia e da sociedade. Não faz o dever de casa. Por exemplo: falta transparência. Tem que praticar o que prega. Internamente, tem que se reavaliar"

**JOSÉ CARLOS RIZK FILHO**

► **Formação**  
Formado em Direito pela FDV; Especialista em Direito do Processo do Trabalho pela Faculdade Cândido Mendes.

► **2015**  
Em 2015, disputou a presidência da OAB-ES e ficou em segundo lugar. Na ocasião, quem venceu foi a chapa de Homero Mafra. Este

obteve 36,52% dos votos; Rizk, 33,11%; e Santuzza Costa Pereira, 27,60%.

► **Algumas propostas**  
Criar um Portal da Transparência; Atuar contra o baixo valor pago aos advogados dativos; Criar um sistema de pontuação e parcerias para baixar ou até isentar o valor da anuidade.

CHAPA 3 - "ORDEM DEMOCRÁTICA"

DIVULGAÇÃO



A OAB está subserviente às instituições e não se coloca ao lado do advogado, principalmente o que está na base da pirâmide. A gente não vê uma atuação em prol da defesa das prerrogativas"

**ELISÂNGELA LEITE MELO**

► **Formação**  
Graduada em Direito pela Ufes; Mestranda em Segurança Pública; Pós-graduada em Direito Penal Econômico e Europeu; Pós-graduada em Direito e Processo Penal.

► **Oposição**  
Compõe a Chapa 3, de oposição, e se coloca como diferente das

demais, apontadas por Elisângela Melo como representantes da elite da advocacia. Disputa a presidência da OAB-ES pela 1ª vez.

► **Algumas propostas**  
Reduzir as anuidades dos advogados em início de carreira; Fim da reeleição para a OAB; Criar o Portal de Transparência e Eleições diretas para o Quinto Constitucional.

## JOSÉ CARLOS RIZK FILHO

É candidato da Chapa 2 à Presidência da OAB-ES

### A hora de renovar a OAB

▄ Há questões urgentes em pauta. Elas começam pelo desrespeito às prerrogativas dos advogados no dia a dia

Uma Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mais atuante na defesa da classe e, ao mesmo tempo, mais presente nas questões que atingem toda a sociedade. Marcada para o próximo dia 28, a eleição da chapa que conduzirá a Ordem pelos próximos três anos no Espírito Santo recoloca o papel da entidade em debate.

Há questões urgentes em pauta. Elas começam pelo desrespeito às prerrogativas dos advogados no dia a dia da profissão, em fóruns, tribunais e delegacias. É preciso fazer valer a lei. Com muito diálogo, claro, mas também com postura firme. Conheço essa realidade de perto e sei que é possível reforçar o amparo à nossa classe.

A falta de transparência nas contas da Ordem é outro ponto a ser debatido e enfrentado. A Seccional tem um orçamento milionário, mas não tem práticas de organizações do mesmo porte, como regras de compliance, auditoria externa e planos de metas. A Ordem tem feito gastos questionáveis, com viagens, jantares e mordomias inaceitáveis. Vamos criar um portal onde todos possam ter acesso facilitado ao que é feito com o recurso dos advogados. Esse é um dos meus compromissos.

Sobre as contas da Ordem, aliás, nossa

chapa traz uma proposta já testada e aprovada em alguns Estados. Um programa de descontos progressivos no valor da anuidade, a partir de convênios com estabelecimentos comerciais. Sabemos o peso dessa economia para os advogados mais jovens.

Tenho orgulho de apresentar essas e outras ideias neste processo eleitoral. A OAB capixaba não pode ter um dono; ela é de todos os advogados. Precisamos oxigenar suas ações e, principalmente, dar mais atenção a quem está chegando ao mercado de trabalho. Muitos estão deixando a advocacia por conta da baixa remuneração. Nosso maior desafio é fazer com que o advogado não desista. Se estiver presente na luta dos jovens e mais aguerrida na defesa das prerrogativas da classe, cumprindo o “dever de casa” com gestão inteligente, transparente e inovadora, a OAB terá mais condições de reforçar seu olhar para toda a sociedade. O Brasil acaba de sair de uma disputa radicalizada, marcada pela intolerância de ambos os lados.

Essa tensão dá sinais de arrefecimento. Para o bem da democracia, o presidente eleito já reafirmou seu compromisso com a Constituição. Sabemos que o Brasil enfrenta a maior crise econômica da história. A necessidade de reformas é urgente. Acreditamos que, com respeito aos valores democráticos e uma imprensa livre, o país tem condições de gerar confiança e vencer suas dificuldades. Caberá à Ordem acompanhar esse processo com olhar vigilante e intransigente na defesa do Estado Democrático de Direito.

## ELISÂNGELA LEITE MELO

É candidata da Chapa 3 à Presidência da OAB-ES

### Uma Ordem democrática

▄ Nós, mulheres, ainda não ocupamos, de forma representativa, os espaços de decisão da nossa Casa

No próximo dia 28, a advocacia capixaba vai às urnas para escolher qual das chapas comandará a OAB-ES no triênio 2019-2021. Depois de uma disputa presidencial tão acirrada, que dividiu o país, imaginem o desafio de encarar o eleitor para voltar a falar de campanha, propostas e pedir votos.

Mas o direito de escolha dos representantes por meio do voto não é justamente umas das práticas primordiais da democracia? Aliás, foi essa preocupação com a defesa intransigente da democracia que nos uniu na construção da Chapa 3 - não por acaso, “Ordem Democrática”.

Cientes de que estamos vivendo um momento de risco para conquistas da Constituição de 88, como a extinção dos Ministérios do Trabalho e do Meio Ambiente, além da possibilidade de uma reforma da Previdência que extingue direitos, especialmente da população mais pobre, dentre várias outras ameaças às liberdades constitucionais, entendemos a importância de restabelecer o papel da Ordem na defesa do Estado Democrático de Direito, e por consequência, da Constituição Federal.

O afastamento da Ordem de suas

funções institucionais (Art. 44, I, da Lei 8.906/94) nos 10 últimos anos resultou, por outra banda, na perda de sua importância para a sociedade civil e, consequentemente, em desprestígio da própria advocacia.

Também no âmbito de classe, a Chapa 3 se apresenta como alternativa de democratização dos quadros da Ordem, pela efetiva participação, em sua composição, de advogados e advogadas do “dia a dia”, que conhecem como ninguém a realidade de violações cotidianas de prerrogativas, assim como daqueles com menor tempo de advocacia e de nós, mulheres, que somos 44%, mas não ocupamos, de forma representativa, os espaços de decisão da nossa Casa. Para isso é preciso inverter a pirâmide.

Hoje o topo da pirâmide é formado por verdadeiras empresas de advocacia que querem manter a Ordem como uma instituição burocrática, decorativa e subserviente ao Judiciário. Uma OAB, muitas vezes, omissa, que se furta em defender as prerrogativas dos advogados e de exercer o protagonismo que se constituiu como última trincheira da luta pelas liberdades constitucionais e pela moralidade pública. Para os mais novos que não chegaram a conhecer uma OAB combativa deixamos ainda um recado: houve uma época em que sentimos orgulho de ser advogados.

Uma Ordem forte é advocacia forte. Uma Ordem forte é uma Ordem Democrática.

## RICARDO BARROS BRUM

É candidato da Chapa 1 à Presidência da OAB-ES

### Advocacia com coragem e independência

▄ Andaremos de mãos dadas com todos que, conscientes do dever cívico que cabe à OAB, não temem arroubos de tirania

O país vive momento de embates e crises. A sociedade espera pacificação com um olhar tenaz para a defesa dos pilares do Estado de Direito, cujo texto constitucional reserva à advocacia papel fundamental; o que presuppõe uma OAB forte, atuante, corajosa e independente. Para seguir consolidando o que até aqui foi realizado, é necessário

inovar para avançar, o que exige atuação harmoniosa em âmbito nacional e estadual, com movimento conjunto com as seções, planejamento e realizações. É assim que seguiremos. Conduziremos a OAB-ES com a experiência adquirida e o apoio dos advogados e advogadas. Vamos executar nossos projetos e colocar em prática as

propostas, as quais têm meio e modo para efetivação e não se deixam seduzir pelo impossível, por fantasias e inconsistências. Não acreditamos que os fins justifiquem os meios e não nos nivelamos no debate ralo. Nosso conteúdo é construtivo, original e inovador. A OAB não se olvidará da vigilância e defesa dos interesses da sociedade, principalmente das minorias. Andaremos de mãos dadas com todos que, conscientes do dever cívico que cabe à Ordem, não temem arroubos de tirania.

Apresentamo-nos com a história, o grupo e os eixos fundamentais de nosso projeto: defesa das prerrogativas e geração de oportunidades para a advocacia, olhar fundamental para os Direitos Humanos e defesa intransigente dos pilares do Estado Democrático de Direito. Capacitação constante da advocacia, olhar atento para a jovem advocacia e atenção aos advogados e advogadas idosos; sempre com propostas concretas que têm a experiência como fundamento, o tratamento isonômico de todos os segmentos como pilar, a coragem como força

motriz e o amor por esta imensa profissão como razão de cada dia.

Defendemos um Judiciário forte, independente, célere e eficiente. Para isso vamos trabalhar com harmonia, coletando e fornecendo dados, apresentando soluções modernas e propostas construtivas, sem, entretanto, deixar de apontar as mazelas que tanto assolam o livre exercício da advocacia, prática que exige, na gestão e liderança da OAB, independência absoluta e ausência completa de submissão ao Poder Judiciário. Nunca admitimos e não admitiremos interferências, nem a partidarização da OAB.

Atuar efetivamente com esforço contínuo e apoio da advocacia capixaba para fortalecer a nossa profissão, assegurar-lhe o espaço constitucional que lhe é de direito e manter orgulhosos, felizes e realizados, cada advogada e advogado, mantendo inabalada a confiança que a sociedade deposita na OAB é o nosso sonho. Para cada obstáculo, mais perseverança. Não podemos prever o futuro, mas podemos trabalhar para criá-lo.



# MAURÍCIO PRATES

[www.mauricioprates.com.br](http://www.mauricioprates.com.br) | [emeprates@uol.com.br](mailto:emeprates@uol.com.br)

## Recuperação judicial

Em um ano, o número de empresas que solicitaram recuperação judicial dobrou no Espírito Santo. Em 2016 foram registrados na Junta Comercial 18 pedidos. Já em 2017, este número subiu para 37. No primeiro semestre de 2018 já são 23 solicitações. Gustavo Nobre, do Instituto Brasileiro do Direito da Empresa (IBDE), diz que a recuperação judicial é um mecanismo que a lei proporciona para que o empresário em crise possa se erguer novamente. Afinal, ele gera emprego, renda, tributos e desenvolvimento social.